



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Diretoria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP/CONTÁBIL
Termo de Alerta
Relatório Preliminar de Análise Automática (7ª Remessa)

ORGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE MURICILÂNDIA

GESTOR: WAGNER SILVA SANTOS

CONTADOR: ANARIO ALVES DE SOUSA

PERÍODO: 7/2019

Considerando que as IN's/TCE nº 002/2007 e 011/2012, e suas alterações, dispõem respectivamente sobre a obrigatoriedade de utilização do plano de contas único e a regulamentação do Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública, Módulo Contábil - SICAP/CONTÁBIL;

Considerando que o art. 4º da IN/TCE nº 02/2007 estabelece que o Plano de Contas Único tem a finalidade de atender, de maneira harmonizada, os registros contábeis dos atos e fatos da administração direta e indireta dos Municípios, proporcionando-lhes um instrumento eficiente para o levantamento e análise de informações pela própria entidade jurisdicionada em prol da administração e dos órgãos de Controle Interno e Externo;

Considerando que os relatórios e demonstrativos contábeis elaborados pelo SICAP/CONTÁBIL são gerados a partir dos dados enviados pelos jurisdicionados em arquivos XML, tendo como base as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional;

Considerando a IN/TCE nº 02/2013, que estabelece as principais irregularidades que constituem fator de rejeição das contas anuais consolidadas e de ordenadores de despesas prestadas pelos gestores públicos ao Tribunal de Contas para fins de emissão de parecer prévio e julgamento.

Apontamos as seguintes inconsistências contábeis:

CONTABILIDADE

1. CONFERÊNCIA DO CONTROLE DA DISPONIBILIDADE

1.1 O saldo atual conta devedora da 7.2.1.1 - Controle da Disponibilidade de Recursos deve ser igual ao saldo atual conta credora das contas 8.2.1.1 - Execução da Disponibilidade de Recursos detalhado nas fontes específicas.

Fonte	7.2.1.1	8.2.1.1
5010.00.000	0,00	-319.094,51
0020.00.000	-299.558,72	21.555,88
0020.85.000	-1.371,51	0,00
0030.60.000 e 0030.40.000	18.755,92	4,88
0200.00.000	14.292,66	78,41
0201.00.000	5.566,28	0,00
0202.00.000	-52.671,91	0,01
0203.00.000	54.661,18	129,42
0250.00.000 a 0297.00.000	1.536,24	0,00
2000.00.000 a 2999.00.000	-38.484,05	52,00

1.2 Considerando que o "Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os **valores numerários**" (§ 1º do artigo 105 da lei 4.320/64). Assim, as disponibilidades (valores numerários), enviados no arquivo conta disponibilidade, não pode ser maior que o ativo financeiro na fonte específica. Portanto, sugerimos a correção dos lançamentos contábeis que originaram os seguintes Ativos Financeiros menores que os valores das disponibilidades (valores numerários).

Fonte	Saldo Conta Disponibilidade	Valor do Ativo Financeiro
0020.00.000	612,42	-299.558,72
0070.00.000	10,69	0,00
0202.00.000	30,21	-52.671,91
2000.00.000 a 2999.00.000	21,00	-38.484,05

1.3 Considerando que o "Ativo Financeiro compreenderá **os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários**" (§ 1º do artigo 105 da lei 4.320/64). Assim, consideramos que não existe possibilidade do ativo financeiro ser menor do que zero detalhado na fonte específica. Portanto, sugerimos rever os lançamentos contábeis que originaram os seguintes Ativos Financeiros negativos.

Fonte	Valor do Ativo Financeiro
0020.00.000 MDE	-299.558,72
0020.85.000 MDE - Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-1.371,51
0202.00.000 Transferências Diretas do FNDE - PNAE	-52.671,91
2000.00.000 a 2999.00.000 Intervalo de LIVRE utilização pelas Entidades da Administração Direta para identificação de Convênios com a União (Exceto com Saúde, Educação e Assistência Social)	-38.484,05

2. CONFERÊNCIA DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO

2.1 O valor total registrado na conta 3.5.1.1.2.00.00.00.00.0000 - Transferências concedidas para execução orçamentária deve ser igual ao da conta 4.5.1.1.2.00.00.00.00.0000 - Transferências recebidas para execução orçamentária:

Unidade Gestora	3.5.1.1.2 - Transferências Concedidas	4.5.1.1.2 - Transferências Recebidas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICILÂNDIA	4.185.839,04	694.789,23
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE MURICILÂNDIA	322.544,00	1.705.995,56
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MURICILÂNDIA	245.565,17	1.363.404,81
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MURICILÂNDIA	139.453,90	526.264,98
CÂMARA MUNICIPAL DE MURICILÂNDIA	0,00	619.173,69
TOTAL	4.893.402,11	4.909.628,27
DIFERENÇA	-	16.226,16

Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal em Palmas - TO, aos 29 dias do mês de Agosto de 2020.